



PREVIC

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR



Ofício nº **3680**/2013/CGDC/DICOL/PREVIC

Brasília - DF, **23** de **AGOSTO** de 2013.

À Sr.^a

Claudia Muinhos Ricaldoni

Presidente

ANAPAR – Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão

SCS Qd 06 Bloco “A” sala 708/709, Edifício Carioca 250 – Asa Sul

70325-900 Brasília/DF

Assunto: **Ofício Anapar nº 097/13, de 13/8/2013 - Irregularidade no regulamento eleitoral da Fundação Atlântico de Seguridade Social**

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao Ofício nº 097/13, de 13/8/2013, encaminhamos para ciência e providência de Vossa Senhoria cópia do Despacho nº 233/2013/CGDC/DICOL/PREVIC, de 23 de agosto de 2013.

Atenciosamente,

Luís Ronaldo Martins Angoti

*Coordenador-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada
Superintendência Nacional de Previdência Complementar*

DESPACHO nº 233/2013/CGDC/DICOL/PREVIC

PROTOCOLO SIPPS nº: 368709268

INTERESSADO: ANAPAR

ASSUNTO: Ofício 097/13, de 13 de agosto de 2013 - Irregularidade no regulamento eleitoral da Fundação Atlântico de Seguridade Social

DOS FATOS

1. Trata-se de ofício encaminhado pela Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – Anapar, reiterado pela Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações – Fittel, no qual se questiona a validade do Regulamento Eleitoral divulgado pela Fundação Atlântico de Seguridade Social, em face do dos arts 13 e 17 de seu Estatuto. Consta dos referidos artigos:

Art. 13 - A escolha dos membros do Conselho Deliberativo se dará da seguinte forma:

b) 02 (dois) membros e respectivos suplentes, eleitos pelos Participantes e Assistidos, conforme estabelecido no Regimento Interno da FUNDAÇÃO.

Art. 17 - A escolha dos membros do Conselho Fiscal se dará da seguinte forma:

b) 01 (um) membro e respectivo suplente, eleitos pelos Participantes e Assistidos, conforme estabelecido no Regimento Interno da FUNDAÇÃO.

2. Em vista desses dispositivos estatutários, as entidades sustentam que o regulamento eleitoral não garante que representantes e assistidos elejam, eles próprios, seus representantes, delegando essa atribuição a sindicatos e associações que, ou não representam os participantes e assistidos, ou têm entre os seus filiados pessoas que não participam de quaisquer dos planos de benefícios da entidade.

3. Pautam sua denúncia nos seguintes dispositivos do Regulamento Eleitoral:

Art. 2º O processo de eleição para as vagas dos representantes dos Participantes e Assistidos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Atlântico será executado por 3 (três) Colégios Eleitorais distintos.

Parágrafo único. Os Sindicatos, representando os Participantes, e as Associações de Aposentados, representando os Assistidos, comporão todos os Colégios Eleitorais.

Art. 3º Os Colégios Eleitorais serão constituídos pela Fundação Atlântico, segundo os critérios estabelecidos neste Regulamento.

§1º O Colégio Eleitoral representado pelos Sindicatos elegerá os representantes dos Participantes para o Conselho Deliberativo da Fundação Atlântico e o Colégio Eleitoral representado pelas Associações de Aposentados elegerá os representantes dos Assistidos para o Conselho Deliberativo da Fundação Atlântico.

§2º O Colégio Eleitoral que elegerá os representantes dos Participantes e dos Assistidos para o Conselho Fiscal será composto por 10 (dez) membros de cada Colégio Eleitoral mencionado no § 1º, eleitos ou indicados por seus respectivos pares. (grifamos)

4. Alegam que o Regulamento fere o art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 2001, e contraria determinações da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

DA ANÁLISE

5. De acordo com item 4 da Ementa do PARECER Nº 13/2013/CGDC/DICOL/PREVIC, de 21 de junho de 2013: “Para que a representação de participantes e assistidos em órgãos estatutários de Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC seja efetiva, necessário se faz que a escolha desses representantes se dê mediante participação de seus representados”. Consta ainda da Ementa do Parecer (item 8) que “as regras estatutárias a serem observadas para realização da escolha de representantes de participantes e assistidos são aquelas em vigor na data da divulgação do regulamento eleitoral respectivo”. Já as alíneas “b” dos arts. 13 e 17 da Fundação estabelece que os representantes de participantes e assistidos nos conselhos estatutários serão eleitos pelos seus pares, conforme estabelecido no Regimento Interno da entidade.

6. É fato que não consta expressamente da atual redação do Estatuto da Fundação Atlântico que a escolha de participantes e assistidos para seus Conselhos Deliberativo e Fiscal se dará por meio de eleição direta. Entretanto, em conformidade com o § 6º do Art. 202 da constituição e com o art. 35 da Lei Complementar 109, de 2001, o referido Estatuto (art. 13. “b” e art. 17 “b”) estabelece que os membros desses conselhos serão eleitos por participantes e assistidos.

7. Em vista disso, e considerando o disposto no PARECER Nº 13/2013/CGDC/DICOL/PREVIC, de 2013, não pode o Regulamento Eleitoral alijar a participação de representantes e assistidos na escolha de seus representantes nos órgãos estatutários de entidade.

8. Desse modo, caso se faça a opção pela escolha desses representantes por meio de “colégio eleitoral”, esse colegiado há de ser eleito diretamente (e não indicado) pelos seus respectivos pares, não podendo participar dessa eleição aqueles que não se revertam da condição de participante

ou assistido dos planos de benefícios da EFPC (mesmo que sejam filiados a entidades representativas desses participante ou assistidos), tampouco poderão participar desse processo entidades que não tenham, entre seus filiados, participantes ou assistidos da Fundação.

9. Por outro lado, os processos eleitorais realizados pelas EFPC devem ser acompanhados pelos Escritórios Regionais da Previc de sua circunscrição. Assim, sugere-se o encaminhamento dos expedientes ao Escritório Regional da Previc no Rio de Janeiro para que verifique as denúncias apresentadas e se dê cumprimento do disposto na legislação e no PARECER Nº 13/2013/CGDC/DICOL/PREVIC, de 2013.

Brasília-DF, 23 de agosto de 2013.


Mário Pereira de Lima Filho

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Encaminhamento

1. Ciente.
2. De acordo.
3. Dê-se ciência à Fundação Atlântico de Seguridade Social, à Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão - Anapar e à Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações - Fittel
4. Encaminhe-se ao Escritório Regional da Previc no Rio de Janeiro para providências.


Luís Ronaldo Martins Angoti

Coordenador-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada